Revista Geoconexões online

TURISMO COMO ALTERNATIVA DE PLANEJAMENTO URBANO: A INCLUSÃO DE CAMPINA GRANDE NA REDE DE CIDADES SUSTENTAVEIS.

SOUTO, Gabriel Eloi Marinho[1]

Recebido (Received): 01/03/2022 Aceito (Accepted): 05/03/2022

Como citar este artigo: SOUTO, G.E.M. Turismo como alternativa de planejamento urbano: a inclusão de Campina Grande na rede de cidades sustentáveis. v.2, Edição Especial, p.47-61, 2022 (Dossiê: Uma contribuição geográfica para consolidação do turismo como alternativa de desenvolvimento da região geográfica de Campina Grande).

RESUMO: O Planejamento Urbano é uma das principais ferramentas que as cidades modernas podem se ater para pensar, análisar e promover seu futuro desenvolvimento. A pauta de sustentabilidade é presente como emergencial cada vez mais nos interesses globais.O turismo pensando dentro desta otica do planejamento urbano é uma tarefa que muitas cidades já realizam e continuam integralizando cada vez mais em seus planejamentos, isto pois com seus potenciais indentificados, a atividade turística pode gerar frutos beneficos para o desenvolvimentos das cidades. Apresentamos neste texto os resultados da pesquisa quando analisamos o potencial de Campina Grande em ser incluída nas redes de cidades sustentáveis tendo na atividade turística uma importante ferramenta de desenvolvimento que possa efetivar esta implementação. O objetivo principal foi estabelecer alternativas geotecnológicas para a consolidação do turismo em Campina Grande e sua inserção nas redes de cidades sustentáveis. Para isto sera realizado análise e pesquisa bibliográfica do tema, juntamente com a produção do mapeamento dos atrativos turísticos de Campina Grande e sua região de influência, realizando ao fim, a produção de uma plataforma online de georreferenciamento e informaçoes para promoção de um turismo tecnológico, inteligente e sustentável na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Sustentabilidade, Rede de cidades

A GEOGRAPHIC CONTRIBUTION TO THE CONSOLIDATION OF TOURISM AS A DEVELOPMENT ALTERNATIVE IN THE MUNICIPALITY OF AREIA-PB

ABSTRACT: Urban Planning is one of the main tools that modern cities can use to think, analyze and promote their future development. The sustainability agenda is increasingly present as an emergency in global interests. Tourism thinking within this perspective of urban planning is a task that many cities already carry out and continue to integrate more and more in their planning, this because with its identified potentials, the tourist activity can generate beneficial results for the development of cities. We present in this text the results of the research when we analyze the potential of Campina Grande to be included in the networks of sustainable cities, having in the tourist activity an important development tool that can effect this implementation. The main objective was to establish geotechnological alternatives for the consolidation of tourism in Campina Grande and its insertion in the networks of sustainable cities. For this, an analysis and bibliographic research of the theme will be carried out, together with the production of the mapping of the tourist attractions of Campina Grande and its region of influence, carrying out at the end, the production of an online platform of georeferencing and information to promote a technological tourism, smart and sustainable in the city.

KEYWORDS: Tourism, sustainable, networks of sustainable cities

[1] Graduando em Geografia pela UFCG. E-mail: gabrieleloimarinhosouto@hotmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8303-2734

Introdução

A cidade está em crise. O forte adensamento populacional associado a falta de infraestrutura e planejamento adequado as novas velocidades evidenciadas na cidade tem propiciado novas conjunturas quanto a produção e consumo do espaço urbano. O imediato em detrimento da vivência tem sido um dos principais fatores que vêm modificando o sentir à cidade e, consequentemente, o pensar sobre o seu futuro.

O direito à cidade que durante um bom tempo esteve limitado ao acesso aos serviços, infraestruturas e equipamentos, necessidades básicas para a vivência no habitat urbano, se torna, na atualidade, algo mais complexo e de difícil acessibilidade. Por um lado, isso se deve à falta de sensibilidade do poder público que na busca incessante pelo desenvolvimento tem disponibilizado a cidade aos interesses do mercado e dos empreendedores em detrimento da sociedade que cada vez mais se sente deslocada do viver a cidade. Por outro lado, a própria sociedade, acostumada a herança paternalista de administração tem cessado o interesse particular sobre o espaço onde habita. Não obstante, o binômio público-privado tem se apresentado como entrave ao reproduzir um sentido de cidade problemática e defeituosa, facilitando com isso, a perda da memória sobre o espaço urbano e a criação de perspectivas para o seu futuro (FISCHER e MOLL, 2000)

Em contraposição a isso, surgem nichos de resistência que, pautados na valorização do imaginário, tentam reproduzir novas perspectivas para o desenvolvimento da cidade e reestruturação de sua identidade. Ao estimular o uso da cidade como de interesse comum – uso comum – estes nichos passam a conquistar adeptos no entendimento de que há necessidade de pensar de forma mais inteligente o futuro das cidades a partir de quatro grandes eixos constituídos em redes de cidades saudáveis; educadoras, de luta contra a pobreza e sustentável.

Cada rede tem como ponto de partida traçar caminhos estratégicos para o desenvolvimento urbano devido ao vínculo criado nas décadas recentes entre o meio ambiente e o espaço urbano como habitat do cidadão. Assim, estas redes estão imbricadas em defesa de questões estratégicas entre as quais o turismo se caracteriza como alternativa.

No caso, por exemplo, dos municípios da região Nordeste, se considerarmos o fato de estarem excluídos das 20 primeiras colocações no ranking dos municípios sustentáveis (URBAN SYSTEMS, 2019), o turismo emerge como uma estratégia para promoção do desenvolvimento dos espaços urbanos na medida em que possibilita conexões entre os municípios. Pensar o turismo como alternativa de promoção ao desenvolvimento sustentável remete a necessidade de encontrarmos alternativas que o fortaleça, especialmente após o

momento vivido a partir de março de 2020 com a pandemia do Coronavírus que trouxe mudanças significativas na dinâmica das organizações socioespaciais.

É em meio a este contexto que fundamentamos o presente projeto: a inclusão da tecnologia de leituras espaciais enquanto recursos estratégicos ao desenvolvimento sustentável, conforme resultados de pesquisas anteriores e dos resultados parciais em pesquisa financiada pelo CNPq (MCTIC/CNPq n.28/2018 - protocolo 429976/2018-6) a qual foi iniciada em 2019 (uma contribuição geográfica para consolidação do turismo como alternativa de desenvolvimento da região geográfica de Campina Grande) a está em sua segunda etapa de execução

A sustentabilidade como parâmetros da produção das redes de cidades

O início do século XXI trouxe consigo a retomada de um dilema que caracterizou o final do século XX: encontrar meios que propiciassem o crescimento econômico a partir do princípio da sustentabilidade. De fato, conforme observado no relatório da Habitat III (2016), se por um lado evidencia-se o adensamento populacional nas principais cidades que aspiravam maiores oportunidades de vida; por outro, a falta de estrutura associada a um modelo ineficiente de gestão do espaço urbano tem feito com que os elementos físico-naturais desses espaços chegassem bastante debilitados já em meados da década de 1970, despertando em alguns segmentos da sociedade a preocupação quanto ao futuro homem (COELHO e CUNHA, 2003), tornando-se, assim, uma das principais pautas da ONU.

Os debates realizados na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo (1972) fundamentaram o entendimento em torno da ideia de sustentabilidade enquanto estratégia para o desenvolvimento humano mais igualitário, tornando-se, assim, marco para o planejamento e gestão dos espaços urbanos uma vez que, além de fornecerem estratégias voltadas para o seu desenvolvimento, tiveram que subsidiar sua realização sem esgotamento dos condicionantes ambientais já bastante desgastados nos principais espaços urbanos.

Embora tenham existido fortes tentativas de atender este paradoxo, fato é que tanto no plano de gestão dos espaços urbanos como no comprometimento dos compromissos firmados durante a Conferência de Estocolmo tiveram os resultados esperados. O final da década de 1980, além da crise econômica evidenciada nas principais cidades, especialmente as dos países subdesenvolvidos, a sociedade passou contar com crises de ordem também

social e ambiental, especialmente as relacionadas aos serviços básicos como educação, saúde e saneamento[2].

Numa tentativa de criar soluções para amenizar tais condicionantes foi criado, em Brundland (1987) as diretrizes para que os planejamentos atingissem um grau de sustentabilidade tendo como parâmetro o conceito de desenvolvimento sustentável (COELHO e CUNHA, 2003). No âmbito do poder público as concepções estabelecidas no relatório de Brundland fez com que houvesse um maior comprometimento quanto a criação da legislação e controle das ações relacionadas ao meio ambiente. Assim, as políticas públicas tiveram que inserir a questão ambiental como fator de relevância ao desenvolvimento socioespacial.

Com a ECO92 – II Conferência Internacional Sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de janeiro – e o Fórum de ONG´s, dentro do mesmo evento, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser referência básica na elaboração dos programas e planos de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito aos espaços urbanos que além do agravamento dos problemas sociais (desemprego, moradia, educação, etc.) e econômicos (falta de recursos para obras de infraestrutura e difusão de equipamentos urbanos, passou a se preocupar com as questões ambientais, especialmente por se tratar de um dos principais condicionantes para a difusão de doenças e consequente comprometimento da saúde pública.

A própria forma de se fazer política sofre uma mudança significativa, entre as quais poderíamos destacar três: a) os atores sociais passam a ser peças-chave na criação das estratégias de desenvolvimento tais como o Orçamento Participativo; b) o direito à cidade ou à cidadania passa a ser um dos principais vetores das propostas de desenvolvimento uma vez que as propostas de planejamento passam a levar em consideração a valorização do indivíduo e; c) a sociedade organizada é chamada a pensar o futuro e a exercer um papel de coadministradora dos espaços públicos.

Nesse sentido, no âmbito do planejamento urbano se torna possível evidenciar pelo menos três estágios de políticas públicas: o primeiro voltado para criação de regulamento de uso e de responsabilidade pelo uso e ocupação dos espaços; o segundo pela montagem de estrutura de proteção e de reparação das áreas modificadas; e indutoras voltada para influência da sociedade, qualificando esta como corresponsável pelo desenvolvimento sustentável.

No âmbito acadêmico essa concepção de desenvolvimento sustentável passa a ser fortemente questionada devido a fragilidade teórica inerente ao termo e a própria contradição e polissemia que este abarca (SOUZA, 2002). A falta de um eixo norteador

[2] As políticas de saneamento básico, por exemplo, embora estivessem no plano estratégico a prestação de serviços de abastecimento d`água e coleta de esgoto e lixo, ficou limitada apenas ao primeiro, mesmo assim de forma deficiente (Santos Júnior, et al., 1998)

acerca do significado de sustentabilidade bem como o uso indiscriminado desse termo traz como consequência a não aceitabilidade dele no meio acadêmico. Contudo, no âmbito técnico, especialmente no que diz respeito aos planejadores urbanos, essa concepção é bem aceita e difundida.

De fato, se por um lado as políticas passam a valorizar a participação social nas estratégias de desenvolvimento; por outro a concepção de cidadania se torna cada vez mais presente e com ela o despertar sobre o direito a ter direito (VIEIRA e BREDARIOL, 1998). Assim, a concepção de desenvolvimento sustentável ainda se apresenta questionável, especialmente no que se refere as questões práticas de gestão e ordenamento espacial uma vez que passar a ter um significado cada vez mais sólido ao atender as diversas iniciativas.

Contudo, a política internacional decorrente do avanço da globalização impossibilitou aos municípios a construção de alternativas individuais para o desenvolvimento, uma vez que estas necessitavam o atendimento não apenas as demandas econômicas, mas também as sociais, culturais e ambientais, envolvendo nesse contexto questões relacionadas a qualidade de vida do indivíduo, especialmente a dos residentes no ambiente urbano cuja dinâmica do dia-a-dia e consequências do histórico relacionamento com o meio ambiente resultou em problemas de ordem social, especialmente os relacionados a saúde, moradia e exclusão social – fato que fez com que cada vez mais o indivíduo fosse se afastando do convívio com a cidade, ao limitar-se a vivência nos bairros e periferias..

É em meio a este contexto que em 1994 é criada a Carta de Aalborg a qual, ao ratificar a importância da consolidação da agenda 21, forneceu subsídios para que durante a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos, realizada em 1996, em Istambul, Turquia, se pensasse na possibilidade de criação de redes de desenvolvimento, as quais tinham por objetivo a criação de intercâmbios entre os municípios e demais atores sociais de forma a compartilhar experiências e elabora programas voltados para o atendimento cada vez mais representativo da demanda da coletividade, tendo como parâmetro a consolidação de espaços urbanos sustentáveis.

É influenciado nesse contexto que surgem as redes de cidades enquanto instrumentos para consolidação de um plano de ações produzido por diferentes atores sociais. A noção de Plano de ações remete a valorização da articulação dos atores sociais sendo um passo na construção de um novo marco constitucional da gestão, sendo um compromisso coletivo conforme observado na Nova Agenda Urbana criada na III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (III Habitat), realizada em Quito em 2016.

O esforço para a construção da rede de cidades abre caminho para a definição de um novo padrão de gestão regional. A ideia de rede se contrapõe de forma direta as visões

hierárquicas e verticais constituindo-se em parcerias e ação conjunta na qual os membros atuam espontaneamente. Portanto, não há hierarquia, mas colaboração na qual cada integrante exerce uma função.

Para se criar uma rede de cidades há necessidades de se definir os problemas a serem enfrentados. Caracterizam-se, portanto, como instrumento para potencializar a organização social da região tendo na sustentabilidade um elemento importante na definição dos planejamentos territoriais.

É nesse sentido que se pode espacializar algumas manchas que corresponderiam a cidades sustentáveis. Como exemplo disso teríamos o Programa europeu URB-AL. Destinado a cidades europeias e latino-americanas, o URB-AL se constitui de uma rede de cidades denominada Meio Ambiente Urbano, que visa o melhoramento da qualidade de vida nos ambientes urbanos. A rede representa quatro grandes âmbitos de interesse ligados entre si:

1) ***âmbito territorial*****:** a configuração da cidade, o acesso e a qualidade da habitação e a composição bioclimática das edificações. O tipo de modelo de crescimento da cidade, a renovação ou reabilitação dos seus bairros degradados, especialmente os centros históricos, assim como os padrões de equipamento comunitário;
2) **formas de tratamento e depuração de água**, da reciclagem dos resíduos sólidos, da poluição atmosférica e acústica, do transporte coletivo, individual e trânsito e da gestão sustentável da energia nas cidades;
3) ***qualidade de vida*****:** é constituído pelos aspectos sociais e de impulso econômico do ambiente urbano, as relações cidadãs, o trabalho e o desemprego, a marginalização social, a imigração nativa e transfronteiriça e a segurança e;
4) ***questões de tipo legislativo-político*****:** o melhoramento da aplicação da legislação ambiental existente ao nível urbano, as novas disposições ou diretivas sobre resíduos, qualidade do ar, água e ruído, assim como as necessárias e quase inexistentes normativas sobre a composição do território e da habitação.

Seguindo numa mesma perspectiva – associação de cidades volvidas com a busca pela sustentabilidade – estariam as associadas ao programa de cidades sustentáveis (the Sustainnable Cites Programe – SCP). Este programa, no entanto, tem outros parâmetros para identificação de cidades sustentáveis com ênfase aos aspectos econômicos e sociais. Um outro exemplo de redes seriam o proposto pela rede CIFAL (Centro Internacional de formação para as autoridades e atores locais) que, pelo menos na sua sede na América Latina (Curitiba), se propõe a construção de uma rede de cidades voltadas para a promoção prática de ações que propiciem a identificação, na prática, de cidades sustentáveis (Cifal – Curitiba, 2020)

A complexidade de se classificar a existência de cidades sustentáveis ou, além disso, tentar traçar uma rede entre essas cidades, está no fato que boa parte dos municípios enquadrados pelo Programa Europeu Urbal não corresponde as evidenciadas na lista do Programa de Cidades Sustentáveis. Algo semelhante pode se evidenciar no que diz respeito a relação proposta pela rede CIFAL. A explicação para isso está justamente no fato de que os critérios (diretrizes) selecionados para ação são divergentes: enquanto em uma é valorizado o combate à pobreza e inclusão social; em outra prevalecem investimentos na saúde dos habitantes e nos valores agregados a cidadania. Em outros casos prevalece a questão cultural como também pode prevalecer a ambiental.

Contudo, o ponto em comum é que as cidades tidas como sustentáveis têm nas suas diversas estratégias, prioridades distintas, mas que resultam, ou pelo menos tendem a resultar, em potencialidade de sustentabilidade. Desta forma, se de um lado as cidades se encontram atreladas a uma única rede, a exemplo do CIFAL, por outro podem, e certamente estão vinculadas a outras tantas redes tidas como prioridade de sobrevivência do espaço urbano. Além disso, poderíamos evidenciar enquanto elemento concordante o fato do discurso está centrado na busca pela cidadania.

Segundo resultado de Pesquisas na qual analisamos a regionalização do turismo na região geográfica de Campina Grande, consideramos que o turismo se apresenta como uma dessas prioridades distintas. Analisar a influência desse recurso associado ao uso de geotecnologias se caracterizam como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável da cidade e da região de influência.

A regionalização como alternativa ao desenvolvimento socioespacial

A crescente cotidiana do desenvolvimento tecnológico é algo que muitos especialistas imaginavam para o futuro da humanidade, e com ela, a sua inclusão no processo de facilitação das dores já existentes dos grupos e indivíduos destas futuras sociedades. A expansão das tecnologias iniciadas ao final do século XX demonstra que esta nova faceta é extremamente complexa e cheia de pontos e contrapontos que podem ser apresentados, analisados e discutidos.

Estás novas tecnologias podem ser apresentadas e percebidas de diferentes formas no espaço, seja de maneira virtual por redes de conexões na *network* como as redes sociais ou pessoas que se utilizam dos sistemas de informações georreferenciadas altamente precisos, ou até mesmo de maneira física como um gigantesco painel de representação em 3D que realiza uma propaganda empresarial, a realidade é que a sua diversidade é gigantesca e recreativa. Pensar a implementação destas diferentes maneiras recreativas das novas

tecnologias na cidade é algo fundamental pois possuem uma gigantesca tendência global e cada vez mais se realiza através das entidades responsáveis, reuniões e conferências internacionais para pensar e debater sobre o planejamento das cidades. Muitas destas pautas possuem o seu enfoque voltado para promoção do bem-estar dos atores das cidades e de como estes espaços devem ser pensados para serem projetados e realizados de maneira inteligente, coletiva entre sua comunidade e sustentável.

A criação destas tecnologias no espaço físico e no meio digital é um recurso que pode integralizar e tornar o ambiente das cidades e para seus residentes. Um espaço completamente mais dinâmico, informativo e coletivo entre eles. A atividade turística dentro deste contexto das tecnologias, é completamente aplicável e possui um gigante potencial, por sua estrutura enquanto atividade ser capaz de se adaptar as atuais mudanças. Segundo Affolter (2003, p. 252). O turismo está sendo fortemente influenciado pelas tecnologias, a qual vem se tornando um dos principais motores para estimular a competitividade. Em consequência, uma maior expertise positiva é potencialmente gerada, quando o estímulo da competitividade está em harmonia com o planejamento da atividade turística na cidade.

O debate sobre a cidade como palco da sustentabilidade é extremamente relevante e recebe não apenas investimentos para sua materialização como também é objeto de análise de pesquisadores de todo o mundo. O conceito de sustentabilidade no documento oficial da ONU diz que a sua denominação é baseada em um desenvolvimento positivo do nosso futuro em comum, seria aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (PNUMA, 1988, p. 09).

Atribuir a atividade turística, o conceito de sustentabilidade, é uma tarefa que vem sendo observada e analisada por pesquisadores da área nas últimas décadas, que apresentam está variante da realização do turismo, uma possível alternativa para um desenvolvimento que seja cada vez menos de um turismo predatório, e passe a ser de um turismo sustentável.

Baseado nisto, o objetivo desta pesquisa foi contribuir com o projeto guarda-chuva desenvolvido pelo GIDs sob financiamento do CNPq tendo como meta analisar como a atividade turística tem o potencial de ser uma ótima alternativa no planejamento urbano na cidade de Campina Grande – PB através do estabelecimento de alternativas geotecnologias para consolidação turística na cidade e sua inserção nas redes de cidades sustentáveis.

A partir do inventário realizado em atividade de campo realizada em 2019 identificamos na região imediata de Campina Grande pelo menos um Centro Turístico (Campina Grande), dois núcleos turísticos (Cabaceiras e Areia) e seis Unidades Turísticas (Alagoa Grande, Alagoa Nova, Boqueirão, Fagundes, Ingá e Queimadas (Mapa 01).

As unidades turísticas, baseadas nas classificações de BOULLÓN (2002) possuem muitas vezes a centralidade de suas atividades em apenas um ou dois atrativos turísticos principais e geralmente, sua estrutura não obtém sucesso a sanar completamente as necessidades do agente que está realizando a atividade turística, por isto, as unidades turísticas apesar de detentoras de gigantescos potenciais atrativos turísticos, mas ainda assim, necessitam de uma infraestrutura em mobilidade, alimentação e acomodação que pode ser estrategicamente adquirida numa cidade que se categoriza como um Centro Turístico

As notações de campo possibilitaram identificar problemas estruturais em todos os municípios. Em Campina Grande as limitações decorrem da falta de sinalização e estruturação de uma política de integração entre os atrativos. Nos demais municípios da região identificamos problemas de acessibilidade e ausências de ações estruturantes de promoção do turismo como política de desenvolvimento tais como ausência de equipamentos urbanos específicos para o turismo e, na maioria dos espaços, de secretaria especializadas para promoção do turismo como política de desenvolvimento urbano. Tais limitações tornam ineficientes a formação de uma rede de cidades sustentáveis.

O perfil das cidades analisadas aponta para identificação de um centro turístico (Campina Grande) e dos seus núcleos (municípios inseridos na área de influência): Cabaceiras, Boqueirão, Queimadas, Campina Grande, Fagundes, Ingá, Alagoa Grande, Alagoa Nova e Areia.

Esta observação foi obtida entre 2020/2021 a partir do trabalho de campo realizado nos municípios e cujo resultado da análise dos inventários não contemplaram os registros dos municípios de Monteiro, Bananeiras e Araruna conforme resultados obtidos no escopo da pesquisa maior desenvolvida pelo grupo uma vez que nos limitamos a ficar restritos a área da região imediata e de considerar a conexão direta entre os municípios sendo as acessibilidades tanto para Monteiro como para Araruna e Bananeiras apresentadas de forma indireta.

Na tabela 01 foi realizado o mapeamento dos atrativos dos municípios turísticos da região imediata de Campina Grande:

Mapa 01: municípios Turísticos da região geográfica imediata de Campina Grande -

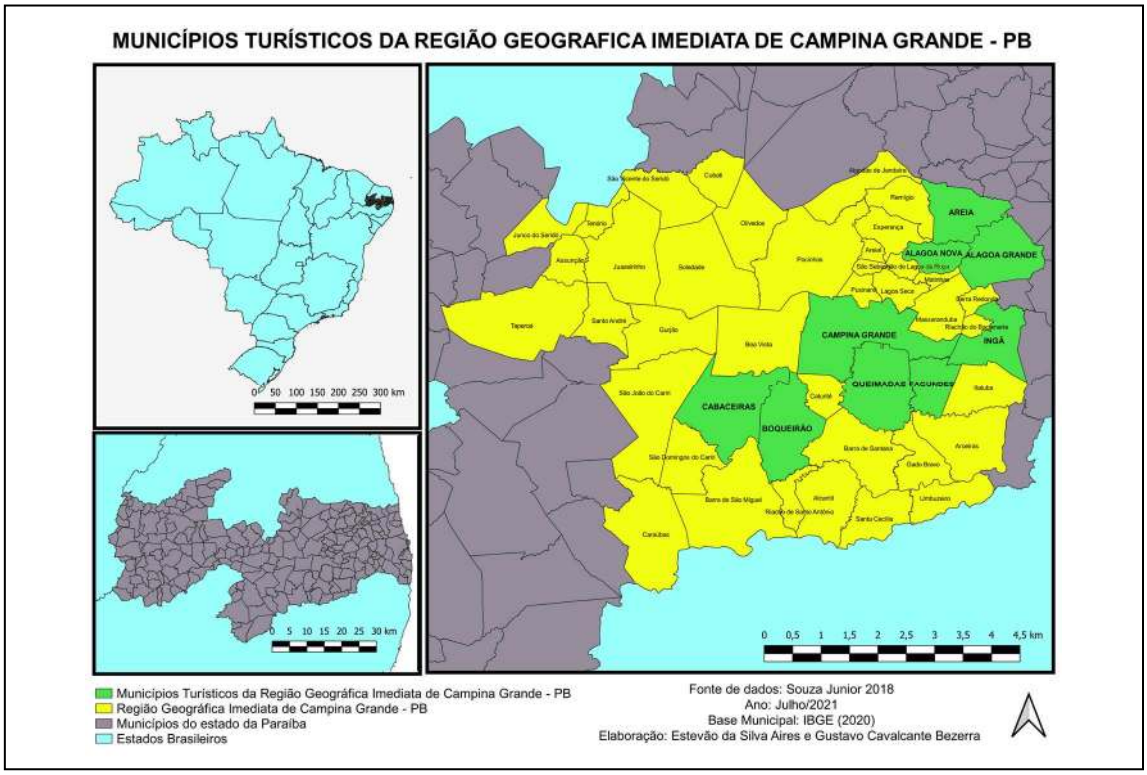


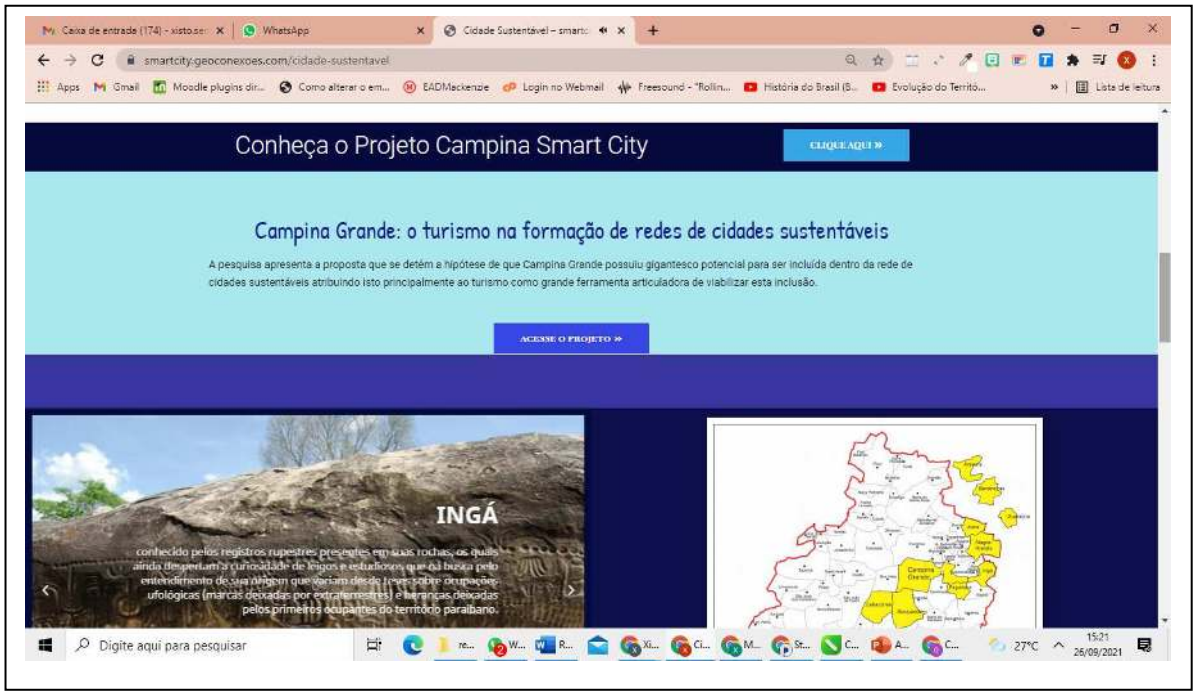
Tabela 01: Atrativos dos municípios da região imediata de Campina Grande

Municípios e suas Classificações	Atrativos Turísticos
Alagoa Grande – Unidade Turística	Memorial Jackson do Pandeiro, Engenho Volúpia Teatro Santa Ignez, Casa Margarida Maria Alves
Alagoa Nova – Unidade Turística	Barragem "Nova Camará" Barragem Camará, Caldeirões, Parque da Lagoa, Cachoeira da Boa Vista, Engenho Olho D'gua
Boqueirão – Unidade Turística	Lajedo do Marinho, Chã do Marinho
Fagundes – Unidade Turística	Barragem "Nova Camará" Pedra: (de Santo Antônio), (do Abreu), (do Urubu) (de Santa Rita), (do Pastelão), (do Letreiro) Açude Velho, Barragem Francisco dos Reis
Ingá – Unidade Turística	As Itacoatiaras, Museu de História Natural Igreja Nossa Senhora da Conceição
Queimadas – Unidade Turística	Pedras: (do Touro), (da Caverna), (do Letreiro), (de Zé velho), (do Cachorro) Lajedo do Mirante, Itacoatiaras dos Macacos, Sitio Arqueológico do Bodopitá
Areia – Núcleo Turístico e Potencial Conjunto	Museu Regional de Areia, Casa Pedro Américo Teatro Minerva, Museu do Brejo Paraibano Casarão Jose Rufino, Igreja do Rosário dos Pretos Teatro Minerva, Igreja Nossa Senhora da Conceição
Cabaceiras – Núcleo Turístico e Potencial Conjunto	Lajedos: (de Pai Mateus), (da Salambaia) (da Gangorra), (Manoel de Sousa) Saca de Lã, Pedra da Pata, Muralha do Cariri, Roliúde Nordestina, Centro Histórico, Memorial Cinematográfico, Museu Histórico-cultural, Cruzeiro da Virgem, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Igreja Matriz nossa Senhora da Conceição

O fato da cidade de Campina Grande se configurar como um potencial centro turístico (SOUZA JÚNIOR, 2018), principalmente utilizando-se de recursos e estratégias voltadas as geotecnologias e a sustentabilidade, optamos por realizar à análise sobre os seus atrativos.

A base referencial para a criação do mapa foi derivada de contribuições anteriores de AIRES (2020) referentes ao uso de tecnologias inteligentes afim de desenvolver uma melhor representação da atividade turística na cidade de Campina Grande. O mapa possui uma ótima representação espacial perante os atrativos, que possibilitam realizar futuras análises sobre como o planejamento urbano do turismo na cidade vem sendo desenvolvido e expandido.

Figura 01: Ambiente virtual criado para suporte à integração do turismo na região imediata de Campina Grande



A plataforma "*SmartCities*" ainda está em fase final de montagem das informações, todavia, já se encontra disponível para acesso pelo link https://www.smartcity.geoconexoes.com/cidade-sustentavel, a plataforma é um espaço super transparente e dinâmico com vídeos, imagens, mapas, roteiros, contendo informações sobre os projetos e pesquisas desenvolvidas por membros dos grupos de pesquisa GIDs e ProSaúde-Geo pertinente ao desenvolvimento da atividade turística a partir planejamento urbano, pensado de uma maneira que busca inteligência integradora da cidade e

sustentabilidade. O ambiente possui acompanhamento da equipe desenvolvedora para manutenção e atualizações das informações de forma recorrente.

As discussões referentes as plataformas CITinova e PCS foram pertinentes, principalmente referente a questão das carências que ainda se fazem presentes na cidade de Campina Grande, para que o modelo sustentável ideal seja aos poucos desenvolvidos dentro da cidade.

O projeto da CITinova juntamente com o PCS (Programa de Cidades Sustentáveis) tem como base a nova Agenda Urbana e a Agenda 2030, o projeto dentro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem em especial o cumprimento do Objetivo 11 – tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e o Objetivo 13 – ações contra a mudança global do clima.

O mais atual índice publicado pela plataforma em 23/03/2021, apresenta os avanços e as fragilidades das cidades brasileiras para cumprir a agenda 2030. Dentro deste contexto, a cidade de Campina Grande se classificou no 430º lugar em um ranking que compõem 770 Cidades. Sua pontuação foi de 53,31 de uma pontuação de 0 – 100, como mostra a Imagem 01.

01



Campina Grande dentro do contexto do estado da Paraíba, ficou em 2º Lugar num ranking que compõem 14 cidades, ficando atrás apenas da Capital João Pessoa que se classificou na em 1º no estado e 251º Lugar em escala nacional, com uma pontuação de 57,80 de 0 – 100.

Nas pontuações das ODS, Campina Grande apesar de possuir algumas ODS já alcançadas e bem desenvolvidas como Energias, Industria e Infraestrutura, Saneamento Básico e Acesso a Água, ainda é repleta de problemas que envolve o social e econômico, com gigantescas desigualdades e má qualidade de vida. Dentre as mais complexas, são referentes a uma ausência de educação do ensino básico de qualidade, sensação de injustiça

e insegurança e uma desigualdade econômica ainda muito forte atrelada as problemáticas de desemprego e estagnação do desenvolvimento econômico.

Abaixo a tabela 02, apresenta a classificação de cada ODS que a cidade de Campina Grande registrou neste último relatório publicado.

Tabela 02: Pontuação individual dos ODS da cidade de Campina Grande

ODS	Pontuação de 0-100
01: Erradicação da Pobreza	54,29
02: Fome zero e Agricultura Sustentável	48,54
03: Saúde e Bem-estar	53,72
04: Educação de Qualidade	43,70
05: Igualdade de Gênero	34,32
06: Água limpa e Saneamento	85,07
07: Energia Limpa e Acessível	98,91
08: Trabalho digno e crescimento Econômico	42,71
09: Industria, Inovação e Infraestrutura	83,38
10: Redução das Desigualdades	40,60
11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	80,14
12: Consumo e Produção Responsáveis	49,90
13: Ação contra mudança global do Clima	46,25
14: Vida na Água	82,05
15: Proteger a vida terrestre	00,60
16: Paz, Justiça e instituições eficazes	36,73
17: Parcerias e meios de implementação	22,35

Considerações finais

A cidade de Campina Grande se tornou, por sua localização geográfica, extremamente estratégica para o interior do estado da Paraíba. A sua infraestrutura já bem desenvolvida e integralizada as necessidades mínimas cotidianas dos seus residentes, e sua região de influência fazem dela uma cidade com gigantesco potencial para o desenvolvimento contínuo e diversos segmentos, potencialmente em um desenvolvimento pauteado em sustentabilidade. Pensar o turismo como uma forma de desenvolver e realizar planejamento urbano da cidade, é algo que possui a sua complexidade. Todavia, é possível através de recursos das novas geotecnologias compreender o espaço e o torná-lo cada vez mais eficiente, dinâmico e otimizado.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram importantes para compreensão de uma leitura mais abrangente acerca das dificuldades de se consolidar uma política regional de produção de uma rede sustentável de cidades produtoras de espaços turísticos. Atualmente,

muito das problemáticas da cidade são baseadas em problemas que se fazem necessário a inovação e um planejamento urbano mais integrador, usando recursos que sua própria estrutura já os detém, como sua infraestrutura e gigantesca região de influência. O turismo já se demonstra ser em todo os lugares que ascendeu, uma atividade completamente competente quando se bem planejada, e realizá-la de maneira integradora focando nos pontos mais potenciais da cidade de Campina Grande, pode ser uma ótima ferramenta para o seu desenvolvimento a longo prazo.

REFERÊNCIAS

AFFOLTER, D. **The Electronic Tourism Market Place New Challenges**. Anais eletrônicos da The 10th International Conference on Information and Communication Technologies in Tourism Istanbul. Turquia, 2003.

BRASIL, **Empresa Paraibana de Turismo S/A – PBTUR S/A.** João Pessoa – PB; 2021.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE**. IBGE Cidades BRASIL, **Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba - IDEME**. João Pessoa – PB; 2021.

BRASIL, **Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações.** Brasília – DF; 2021. BRASIL, **Ministério do Turismo. Brasília** – DF; 2021.

BRASIL, **Programa de Cidades Sustentáveis – PCS**, ORG. Brasília – DF;2021

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico/** Roberto C. Boullón; tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP; EDISC, 2002; 278.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**/ Reinaldo Dias. – São Paulo: Atlas, 2003.

KÖRÖSSY, Nathália. **Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável" uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.** Caderno Virtual do Turismo, vol. 8, núm. 2, 2008, pp. 56-68. Universidade Federal do Rio de Janeiro - RJ.

MEDEIROS; MORAES, Lindenberg da Câmara, Paulo Eduardo Sobreira. **Turismo e sustentabilidade ambiental: Referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável.** Revista meio ambiente e sustentabilidade, vol 3. N. 2, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE (PNUMA). 1987, Bruxelas. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SCÓTOLO D.; NETTO, A.P. **Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. Revista de Cultura e Turismo**, ano9, n.1, p. 37-59, 2015.

SILVA, Rodrigo F. de Carvalho (org.). **Paraíba 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **O Conhecimento Geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do estado da Paraíba**/ Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior (org.). – Campina Grande: EDUFCG, 2018; 175p.